



POLÍTICAS,  
PLANEJAMENTO  
E GESTÃO EM SAÚDE  
abordagens e  
métodos de pesquisa

Tatiana Wargas de Faria Baptista  
Creuza da Silva Azevedo  
Cristiani Vieira Machado  
ORGANIZADORAS



Esta obra reúne a fina flor da área de políticas, planejamento e gestão em saúde, entrelaçando textos de pensadores já renomados com a expressiva contribuição de jovens pesquisadores. Trata de uma gama importantíssima de assuntos, e todos convergem para uma reflexão teórica e crítica sobre a questão do método.

Organizado por Tatiana, Creuza e Cristiani, pesquisadoras do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fiocruz, o livro começa com uma discussão sobre o campo em construção da saúde coletiva, no interior do qual se insere de forma dinâmica e estruturante o estudo das políticas, do planejamento e da gestão em saúde. Em seguida, apresenta várias abordagens metodológicas nas quais os autores se remetem às reflexões de consagrados pensadores internacionais e às contribuições de autores brasileiros, entre os quais, incluem-se os que assinam os capítulos desta obra. Por fim, introduz uma série de renâncias, algumas tradicionais como a metodologia de abordagem dos processos de promoção da saúde; e, outras, tão novas como a análise de métodos e técnicas apropriados para os estudos das relações internacionais em saúde.

O método, diz Habermas, é o "caminho do pensamento". Todos os pensadores da ciência ressaltam que teoria e método se completam e são, ao mesmo tempo, indissociáveis, pois, em toda construção científica existem regras e normas de comunicação. Algumas são comuns às ciências, sejam elas básicas, estratégicas ou

# POLÍTICAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE

abordagens e métodos de pesquisa

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

*Paulo Gadelha*

Vice-Presidente de Ensino, Informação e Comunicação

*Nísia Trindade Lima*

EDITORA FIOCRUZ

Directora

*Nísia Trindade Lima*

Editor Executivo

*João Carlos Canossa Mendes*

Editores Científicos

*Carlos Machado de Freitas*

*Gilberto Hochman*

Conselho Editorial

*Claudia Nunes Duarte dos Santos*

*Jane Russo*

*Ligia Maria Vieira da Silva*

*Marta Cecilia de Souza Minguo*

*Martila Santini de Oliveira*

*Moisés Golbbaum*

*Pedro Paulo Chieff*

*Ricardo Lourenço de Oliveira*

*Ricardo Ventura Santos*

*Soreya Vargas Côrtes*

# POLÍTICAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE

abordagens e métodos de pesquisa

Tatiana Vargas de Faria Baptista

Creuza da Silva Azevedo

Cristiani Vieira Machado

ORGANIZADORAS

Copyright © 2015 dos autores  
Todos os direitos desta edição reservados à  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / EDITORA

Revisão e copidesque  
*Augusta Avalor*  
*José Monteiro Grillo*

Normalização de referências  
*Clarissa Bravo*

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica  
*Paulo Vermelho*

Produção gráfico-editorial  
*Phelipe Gasiglia*

Catálogo na fonte  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

---

B222p Baptista, Tatiana Vargas de Faria (Org.)  
Políticas, planejamento e gestão em saúde: abordagens e métodos de pesquisa. / organizado  
por Tatiana Vargas de Faria Baptista, Creuza da Silva Azevedo e Cristiani Vieira Machado. –  
Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.  
378 p.  
ISBN: 978-85-7541-459-0

1. Políticas, Planejamento e Administração em Saúde. 2. Pesquisa - métodos. 3. Saúde  
Pública - história. 4. Trabalho. 5. Educação em saúde. 6. Promoção da Saúde. 7.  
Assistência Farmacêutica. 8. Decisões Judiciais. I. Azevedo, Creuza da Silva (Org.). II.  
Machado, Cristiani Vieira (Org.). III. Título.

CDD - 22.ed. – 362.1068

---

2015  
Editora Fiocruz  
Av. Brasil, 4036 – térreo – sala 112 – Manguinhos  
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ  
Tels.: (21) 3882-9039 e 3882-9041  
Telefax: (21) 3882-9006  
editora@fiocruz.br  
www.fiocruz.br/editora

Editora filiada



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

# 1

## Engajamento Ético- Político e Construção Teórica na Produção Científica do Conhecimento em Saúde Coletiva<sup>1</sup>

*Lilia Blima Schraiber*

No presente capítulo, apresento reflexões metodológicas e epistemológicas sobre a produção de conhecimentos científicos no campo da saúde coletiva. Seu objeto central é a pesquisa qualitativa, tendo como esfera instigadora a área de política, planejamento e gestão em saúde (PPGS). O objetivo é motivar o leitor com certas problemáticas do processo investigativo, sem pretensões propriamente teóricas. Mesmo assim recorrerei, sempre que necessário, aos pensadores aos quais me filio, indicando que meu próprio olhar se ancora em princípios filosóficos e escolas de pensamento determinadas, ainda quando busque tecer um diálogo entre conhecimentos e reflexões de distintas origens.

---

<sup>1</sup> Sistematizo, aqui, uma apresentação oral, mantendo seu estilo coloquial de linguagem.

Embora a motivação do texto tenha partido da área de PPGS, minhas considerações não irão detalhar questões de pesquisa dessa área em particular. Antes, refiro especialmente sobre a produção científica de modo mais global na saúde coletiva, entendendo-a como situação particular brasileira, decorrente da criação do nosso campo em contexto histórico muito específico. Digo brasileira, pois, ainda que por vezes se nomeiem de saúde coletiva campos similares ao nosso em outros países, o fato é que a construção que se dá no Brasil representa um campo de saberes e de práticas bastante singular e que, em razão da época de sua emergência (fim dos anos 1970), em plena ditadura militar, engendrou relações muito próprias seja com o Estado e a sociedade civil, seja entre sua produção de conhecimentos científicos e a esfera da produção de serviços de atenção à saúde, no interior do Sistema Único de Saúde (SUS).

Veja-se, nesse sentido, o trabalho de Jairnilson Paim sobre a Reforma Sanitária brasileira (Paim, 2008). Tomo esse trabalho para ilustrar as questões que considerarei aqui, e o faço porque é um estudo atual na área de PPGS e, nesta, sobre a Reforma Sanitária, referência emblemática no nosso campo; é de grande qualidade como pesquisa e contribuição teórica; efetivou-se como obra ética e politicamente engajada; e porque tive a oportunidade de examiná-lo detalhadamente, razão pela qual explorarei dois tipos de leitura sobre esse estudo.

Em uma delas, o leitor encontrará o modo pelo qual historicamente entrelaçamos o campo científico com a política pela democratização do Estado no país, mostrando bem a peculiaridade da construção brasileira em torno de uma saúde coletiva. Uma aproximação pode ser feita com o campo da saúde pública de outros países, mas não encontraremos em qualquer outro a proposta de integração da Reforma Sanitária com a reforma da medicina que se projetou entre nós, sob o princípio da integralidade em saúde, conceito único nos termos em que o concebemos. Também é próprio ao país, e talvez único, o modo pelo qual as ciências sociais e humanas e a filosofia articularam-se às questões do processo saúde-doença e àquelas do sistema de atenção, adensando o conceito de integralidade na saúde coletiva.

Por isso, nosso campo articulou também de modo muito próprio ciência e política, assim como prática científica e prática profissional nos serviços de saúde. Nas minhas considerações acerca da produção científica da saúde coletiva busco levantar questões em duas esferas problematizadoras: o engajamento ético-político e o adensamento conceitual das construções teóricas.

O adensamento conceitual diz respeito à *contribuição teórica dos estudos*, situação em que se pode indagar com que tipo de estudo se faz tal contribuição, em que se amplia e se aprofunda o conhecimento existente, para além de reproduzi-lo de modo conformatório. Já o engajamento ético-político diz respeito à *pesquisa ética e politicamente implicada*, em que o sujeito pesquisador delimita seu objeto em razão da importância social, política e histórica que a ele se atribui. Nessa situação, frequentemente, o pesquisador encontra-se constituinte do processo investigativo, interagindo com seu objeto na produção do conhecimento.

Adicionalmente às questões particulares a cada uma dessas duas situações mencionadas, em nosso campo está por vezes presente a concepção de que elas seriam excludentes entre si, como se o politicamente engajado não requeresse a contribuição teórico-conceitual e esta não potencializasse o politicamente engajado. Tal relação de exclusão não é de modo algum necessária, da perspectiva epistemológica ou metodológica.

A possibilidade de assim se representar a produção de conhecimentos em saúde coletiva deve-se à cultura científica de nosso campo, pois, por razões históricas, como considerarei mais adiante, um engajamento político aliado a certa urgência em agir ou transformar a sociedade por meio da ação social pode levar a descuidos importantes na produção do conhecimento que deveria amparar essa ação. Isso termina por comprometer tanto a qualidade científica do conhecimento, e então as possibilidades de seu desenvolvimento como contribuição teórica, quanto o caráter político da produção científica, pelo prejuízo do compromisso do pesquisador como agente dessa produção, afetando, então, o potencial transformador da tão

Examinemos melhor essas questões.

A situação em que se inscreve o tema da contribuição teórica foi escolhida em razão de certa “rarificação teórica” da nossa produção, expressão que tomo de Ayres (1995) e que identifico em diversos trabalhos. Tal rarificação não marca apenas as pesquisas qualitativas da saúde coletiva, mas nela assume a característica de resumir os estudos a formulações descritivas bastante primárias do material empírico, produzindo apenas apresentações e, por vezes, no máximo ordenações de temas ou blocos de assuntos.

Tais descrições, como tarefa da produção científica, constituem certa contribuição, pois podem trazer informações novas, quando o estudo chega a produzi-las e não apenas, como mencionei, confirma outros. Contudo, essa é uma tarefa parcial da produção científica. Tal formato, embora seja um primeiro movimento de interpretar a informação empiricamente produzida, está longe de caracterizar descrições mais densas, articuladas ao social, o que se dá pela busca das conexões entre essas formulações de base empírica com as referências teóricas do próprio estudo. Será esse movimento que gera a interpretação compreensiva do todo social ou cultural que tais informações podem conformar. O que se verifica muitas vezes em nossa produção, ao revés, é uma ruptura entre a parte teórica e a parte empírica do estudo, já que a primeira não é revisitada e apenas o empírico é sistematizado. As referências teóricas até são mencionadas, em geral na introdução do estudo, como uma espécie de aviso do tipo de compromisso que se buscou firmar na pesquisa ou das correntes de pensamento ou quadros teóricos aos quais se filiou. Entretanto, tais referências são, em seguida, abandonadas, e pouco se dialoga com os dados empíricos produzidos.

Essa forma de proceder à pesquisa não produz adensamento reflexivo, no sentido de buscar interpretações que permitam a compreensão dos dados acerca da realidade concreta e particular pesquisada, em face de contextos sociais, culturais ou históricos mais amplos. Deixa-se, desse modo, de se inserir, holisticamente, as realidades parciais estudadas em alguma delimitação de *todo*. Talvez pela própria influência no campo da saúde em geral, da tradição epistemológica das ciências biomédicas e da epidemiologia, que buscam evocar a complexidade do social por meio de um rol bastante exaustivo de variáveis que

representam seus aspectos parciais ou fatores de determinação dos adocimentos, muitos pesquisadores confundem a noção de *todo*, como pensamento social compreensivo inscrito nos referenciais interpretativos da pesquisa qualitativa, com a noção de *mudo*, figurado na ideia de *exaustão*. Costumo advertir, em aulas sobre a pesquisa qualitativa, que não se pode, nem é necessário, para um bom estudo, pesquisar tudo, mas um todo; certa totalidade delimitada, que forma sínteses abrangentes; referência, aliás, que está na base do critério de exaustão, tal como originalmente formulado por Daniel Berraux (1980, 1981), adotado por Minayo (1992) e também por mim (Schnaiber, 1995), além de outros pesquisadores em estudos com pesquisa qualitativa, como critério de delimitação do número de sujeitos de uma amostra e de finalização do trabalho de produção dos dados empíricos.

★Todavia, esse critério é muitas vezes entendido como necessidade de comprovar o rol exaustivo de questões, demonstrado pelos pesquisadores pelo fato de considerarem como exaustão a repetição de temas da pesquisa em seu trabalho de campo. No entanto, o critério da exaustão, ainda que este termo possa sugerir a ideia de rol exaustivo, diz respeito muito mais à compreensão que se completa acerca do objeto de estudo, quando começamos a perceber situações e contextos que retornam, e não à mera repetição de temas ou questões. Berraux usa o termo *saturação*, talvez mais apropriado para remeter à ideia de completamento de significados (ou de compreensão que se completa).<sup>2</sup>

Aliás, por significar essa possibilidade de compreensão que se forma ao longo da produção dos dados empíricos, ou seja, no transcorrer do processo investigativo durante o trabalho de campo, o critério da exaustão ilustra muito

2 Em *L'approche Biographique*, Berraux define: “A saturação é o fenômeno pelo qual, passado um certo número de entrevistas (biográficas ou não, a propósito), o pesquisador ou a equipe têm a impressão de não aprender nada de novo, ao menos no que concerne ao objeto sociológico da pesquisa” (1980: 205); mais adiante, afirma que “o pesquisador não pode se assegurar de haver alcançado a saturação a não ser na medida em que ele conscientemente buscou *diversificar* ao máximo seus informantes” (1980: 207, tradução minha, destaque do original). Já na publicação *Biography and Society: the life history approach in the social sciences*, Berraux usa a expressão “*saturation of knowledge*”, indicando que não é preciso ir adiante com as entrevistas, quando o pesquisador já conheceu o que queria conhecer, não no nível morfológico (da descrição superficial), mas no nível sociológico, das relações socioestruturais (1980).

bem a dinâmica da relação sujeito (pesquisador)-objeto, própria da pesquisa qualitativa. Nessa dinâmica o pesquisador interage com seu estudo e percebe que naquele momento da produção dos dados empíricos formou-se um todo, isto é, pudemos entender e contextualizar o que está em estudo e, por isso mesmo, encerrar as entrevistas ou a observação ou os grupos focais.

Em outros termos, conclui-se a produção de dados empíricos, pois o pesquisador alcançou uma síntese abrangente, informada por seus pressupostos de pesquisa: referenciais retirados dos estudos de outros pesquisadores, que conformam seu quadro teórico-conceitual.

2) Vamos considerar agora a outra situação antes mencionada, qual seja, a da pesquisa ética e politicamente implicada. Inscrita desde as origens das ciências modernas, ela traz certa suspeição acerca do caráter propriamente científico dos conhecimentos produzidos pelas ciências do social e do humano (quando não estão restritos ao biológico, mas a um ser histórico e socialmente dado).

Antes de prosseguir, novamente retomemos e sugiro ao leitor o trabalho de Pain (2008), citado anteriormente. Examinemos melhor seus dois tipos de leituras. Uma, sobre a já comentada história e análise política da Reforma Sanitária. A qualidade de construção teórica realizada nessa análise, sem dúvida, permite que seus leitores compreendam melhor o movimento político realizado historicamente pelo Estrado brasileiro e a inserção nesse movimento de uma dada proposta de reforma social e da saúde. Acompanhando a interpretação do autor, o leitor irá compartilhar suas concepções e representações desse processo histórico, configurando a *fação de horizontes*, conceito clássico da hermenêutica de Gadamer (2005).<sup>3</sup> Trata-se de uma interação entre o ponto de vista do leitor e o inscrito no texto, representando o autor. Essa interação levará o leitor a concordar, ou não, com a tese do autor; e, ao mesmo tempo, a compreender melhor sua concordância, ou recusa, quanto à interpretação do autor e a tese que, então, construiu.

3 A respeito do referencial gadameriano, o leitor se beneficiará da leitura dos textos de Ayres (2009) e de Minayo (2002a).

A tese sobre a Reforma Sanitária brasileira – e a explícito para demonstrar meu ponto de vista relativamente à boa construção teórica realizada – é a de que, em seu transcurso histórico, à medida que se instituiu como projeto e se desdobrou em ação, institucionalizou-se por filtros, perdas. Afinal, como o próprio autor aponta, valendo-se de conceitos que modulam a mudança social e que constituem seu quadro referencial, a Reforma Sanitária projetou-se ambiciosamente como “reforma social geral”, na perspectiva de revolucionar o modo de vida social vigente, e se concretizou como “reforma parcial”. Construiu, assim, uma compreensão – centrada no conceito de “revolução passiva” de Antonio Gramsci (Gramsci, 1968; Macciocchi, 1976) – do quanto conquistamos e do quanto perdemos relativamente à proposta original da Reforma Sanitária, em meio às disputas internas de distintos projetos de mudança social e política no processo histórico de democratização do Brasil, evidenciadas (informadas e interpretadas para o contexto histórico-social) nos dados empíricos do estudo. Temos aqui um estudo ético e politicamente engajado e que não é teoricamente rarefeito, senão construtor de contribuições explicativas e conceitos originais.

3) A outra leitura a ser feita é a do ponto de vista epistemológico e metodológico. Nela, o leitor poderá interir-se de três aspectos centrais. Primeiro, o modo exemplar pelo qual o pesquisador escolheu – e aqui sua presença de sujeito (epistemológico) – o objeto de estudo e seu desenvolvimento, definindo uma metodologia de pesquisa ética e politicamente fecunda (já que escolheu objeto e recorre em razão desse seu engajamento). Um segundo aspecto está no modo pelo qual se valeu de métodos de produção dos dados, definidos de forma coerente com essa escolha, anterior, de como iria se aproximar de seu objeto de estudo. Por fim, um terceiro aspecto comprova o rigor com que conservou suas escolhas na análise política de seus dados, dando-lhe coerência e consistentemente se valendo dos quadros de referência que o levaram a abordar seu objeto de estudo na direção seguida e não em outra, isto é, cercado-o de determinadas perguntas e excluindo outras. Minha sugestão, neste caso, é que o leitor se atente que coerência e rigor, no modo de empregar a metodologia de sua pesquisa, não são opções mecânicas, mas sim

escolhas do sujeito pesquisador; e que esse bom manejo não reflète uma produção em ciência que neutraliza ou impede o sujeito pesquisador de interagir com seu estudo; ao contrário, significa uma produção científica ética e politicamente engajada, que respeita a metodologia eleita.

É nesse exato sentido que entendo a recomendação de cuidados no desenvolvimento da pesquisa que se aproximam da proposição de uma *vigilância epistemológica*, como recomendam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999). Sobre o termo *vigilância*, nesse contexto epistemológico, cabe lembrar o comentário de Samaja (1993), que o compreende como decorrente do conceito de *ruptura epistemológica* entre o conhecimento científico e o senso comum. Samaja chama a atenção para os cuidados que devemos ter na adoção unilateral da ruptura, correndo o risco de desprezarmos o que há de continuidade entre o conhecimento científico e o senso comum, já que no processo investigativo também entram as crenças do pesquisador, embora de modo próprio e particular à condição de se tratar de um processo científico. Bourdieu, Chamboredon e Passeron abordam o termo e fundamentam a necessidade de vigiar epistemologicamente nosso processo investigativo para se evitar o excesso mecanicista ou a prática rigidamente protocolar dos procedimentos de investigação científica, com a soberania das técnicas, e a consequente perda da presença do sujeito pesquisador.

Aqui me valho do conceito quase em sentido oposto: dos descaminhos em face dos paradigmas epistemológicos e da metodologia que foram já *eleitos* pelo pesquisador. De qualquer forma, nessa dialética entre o objeto e a metodologia cabe cuidado para evitarmos a ação irrefletida, automática, em procedimentos que seriam negadores dessa dialética, e em duas direções polares: ora ante a intenção política de atuar na realidade, autonomizando o empírico em face do metodológico, ora autonomizando os métodos. Em qualquer das duas situações, perdemos epistemologicamente o objeto. É exatamente isso — seja pela incoerência no uso da metodologia eleita, seja pelo tecnicismo metodológico — que, tendo em vista a *vigilância*

Assim, cuidar da coerência metodológica dos caminhos investigativos ao longo da pesquisa é para nós especialmente relevante em razão da extrema interconexão, em nosso meio, do sujeito pesquisador com os propósitos da Reforma Sanitária e da democratização das políticas públicas em saúde. As vinculações, nesse caso, não são apenas as originadas do mesmo objeto geral de interesse; tal objeto científico em foco, por exemplo, pode ter algo em comum com as práticas profissionais nos serviços — seja dos gestores, seja das equipes do cuidado assistencial direto. Entretanto, quero destacar, além desse tipo de vínculo, outras associações, adicionais e mais substantivas: frequentemente o pesquisador pretende estudar os usuários dos serviços (gestão ou assistência) em que ele próprio atua ou que estão sob gestão de conhecidos/amigos. Essa dupla atuação — pesquisador e profissional — torna bem mais complexas a questão do engajamento ético-político na (e para a) produção científica e a do adensamento teórico do campo da saúde coletiva à medida que se desenvolvem pesquisas comprometidas. É, pois, extremamente delicada a vinculação de uma condição a outra.

Quando considero que a área de PPGS torna mais complexa a situação das relações entre ciência e intervenção social, quero dizer que a qualidade dessas relações radicaliza a já mencionada questão epistemológica da interação sujeito-objeto de pesquisa, imposta às ciências sociais e humanas em geral. Afirmo também que a saúde é apenas parte dessa questão epistemológica, e a saúde coletiva e a área de PPGS são progressivamente mais problematizadoras da interação sujeito-objeto de pesquisa. Como já mencionei, a relação sujeito-objeto de pesquisa está inscrita nessas ciências desde suas origens; como questão epistemológica remonta às definições de ciência e de produção de conhecimento científico adotadas com a revolução científica, que produziu o paradigma das ciências positivas; e o positivismo como sua metodologia.

Trata-se do caráter científico das ciências humanas e sociais, que surge como polémica nas ciências desde sua reconfiguração moderna. Podem-se qualificar de científicos os conhecimentos produzidos sobre o social e o humano? Se não toda a produção desses conhecimentos, pode ser considerada

metodológica (o positivismo), tensionando o paradigma das ciências positivas? A pergunta se justifica em razão da dificuldade que teriam esses campos de conhecimento de enfrentar a interação sujeito-objeto da pesquisa, se comparados às ciências naturais, tanto na questão para a formulação dos estudos quanto no desenvolvimento da própria pesquisa empírica como processo de produção de dados. A aceitação de que temos ciências no plural (Granger, 1994), como venho tratando aqui, e não ciência no singular – isto é, uma só ciência, porque o método positivista seria a única modalidade de produção científica válida – já seria um impasse; uma questão paradigmática e epistemológica, que expõe conflitos de visões de mundo, de apostas filosóficas na produção de conhecimentos com o estrato de *verdade* e de interesses em política científica.

O fato de que o pesquisador, um dado sujeito da sociedade, vá estudar essa sociedade em que está implicado levanta quase sempre suspeitas acerca da validade científica dos dados e, sobretudo, de suas análises: é quase um divisor entre qualificar-se ou não como produção científica.<sup>4</sup> A pergunta a ser feita, a fim de questionar a validade científica, nesse caso, seria: Pode o sujeito pesquisador, ao interagir com seu objeto de estudo, evitar que tudo o que produza não esteja contaminado por suas preferências e/ou crenças e representações de base pessoal e, por consequência, apenas alcançar como resultado da pesquisa o que já sabia ou o que gostaria que fosse produto de seu estudo?

Evidentemente, a questão assim posta faz identificar diferentes esferas do exercício da subjetividade como se fossem um mesmo exercício, igualando a situação de sujeito de pesquisa (sujeito epistemológico que procede a

determinadas escolhas e decisões de natureza metodológica) à de indivíduo da sociedade (sujeito social) e pessoa humana (sujeito privado singular).

Na visão das ciências positivistas, não se pode evitar essa identificação ou nem se deve correr esse risco. O controle da inevitável participação pesquisador seria realizado por meio da neutralização do sujeito da pesquisa. Também temos que entendê-la como uma neutralização que, até em raras mencionadas equivalências entre as múltiplas esferas de exercício subjetividade, paralisa ou controla o sujeito no que se refere às suas escolhas. Tal neutralização faz emergir uma dada noção de objetividade, que é diretamente derivada e se define como o conhecimento decorrente de métodos de produção dos dados e de suas análises automaticamente: em outras palavras, a objetividade seria alcançada quando as evidências empíricas que geram explicações sobre o objeto fossem produzidas, em termos procedimentais por métodos baseados em matrizes decisórias internas e próprias a eles, e ausência das opções e decisões do pesquisador nessa etapa da investigação. Essa ausência é valorizada como isenção da subjetividade do pesquisador, do exercício de sua presença como sujeito da pesquisa e na pesquisa, uma que se encontra *controlado* no momento da verificação das hipóteses; fi bloqueado, ali, na entrada da pesquisa de campo.

Depois que o pesquisador definiu objeto e desenho geral da pesquisa: método, e, sobretudo, as técnicas derivadas, tomam o seu lugar na produção dos dados empíricos e em sua análise: dessa porta de entrada para dia a dia pouco pode atuar como sujeito, restando-lhe apenas o papel de operário técnico, cujos protocolos são os mesmos para quaisquer agentes científicos, pois procedem da metodologia cuja base matemática e estatística independe do pesquisador.<sup>5</sup>

4 Não estou dizendo, aqui, que as ciências sociais e humanas não sejam ciências; pelo contrário. Além disso, é oportuno lembrar que não existe apenas conhecimento do tipo científico a amparar a vida das pessoas, como bem discute Nunes (1978) na introdução de seu livro. Considerar que o único conhecimento venha a ser o do tipo científico já é valor e ponto de vista filosófico da ciência positivista, que se cê única, anulando, por exemplo, conhecimentos da experiência prática. Isso é uma polêmica no campo da saúde e traz implicações para os desempenhos profissionais, a considerar nas intervenções assistenciais, por exemplo, por saber o saber da experiência prática dos profissionais (Schnaiber, 2008),

5 Mesmo para o positivismo, é reconhecida a presença do pesquisador como sujeito heurístico: na dimensão que corresponde à descoberta, o pesquisador escolhe problemática de estudo e qual abordagem desenvolverá. Mas, ao postular a independência entre essa dimensão e aquela da verificação das hipóteses, o positivismo limita a presença do pesquisador como sujeito, ao passo que seus críticos, por tomarem tais dimensões constituintes articuladas do e no processo investigativo (Samaja, 1993), abrem a questão

Claro que retrato aqui a posição mais radical dessa objetivização do conhecimento que neutraliza o sujeito pesquisador. Contudo, embora já bastante matizada hoje em dia, essa concepção mais dura das ciências positivistas ainda se apresenta em nosso campo, e mostrá-la aqui neste formato original de sua formulação esclarece meu ponto de vista sobre a objetividade científica nos parâmetros positivistas. Entre muitos cientistas, essa neutralização do sujeito pesquisador na pesquisa não é possível, pois ele em alguma medida e em certos momentos da pesquisa sempre irá interagir com seu objeto.<sup>6</sup> O tema deve, então, ser apresentado em outros termos: em vez de nos perguntarmos sobre uma objetividade que deriva da neutralidade, podemos nos indagar por uma objetividade de outro tipo (Nunes, 1978), tal que o conhecimento se faça objetivo na interação entre sujeito-objeto de estudo.

Como obter objetividade sem a neutralização do sujeito pesquisador? De acordo com Ruth Cardoso (1986), os conceitos de neutralidade e objetividade foram frequentemente vistos como ferramentas de legitimação do saber científico. Entretanto, atualmente a subjetividade é reconhecidamente presente, o que remete a interação sujeito-objeto para outra situação problemática. Diante disso, como exercer a subjetividade dentro dos limites da pesquisa?

Seria preciso definir com qual autonomia o pesquisador pode atuar em campo, admitindo, assim, que existe o exercício da subjetividade e que isso não deve negar a produção de conhecimento articulada com metodologias e delas derivadas – produção esta que se subordina a dados e análises ou interpretações metodologicamente delimitadas, como é o conhecimento da ciência. O desafio seria, pois, encontrar outro caminho, que não resulte na ausência de método. Como afirma Cardoso:

Também merece cuidado a questão da subjetividade como instrumento de conhecimento. Aqui se beira tanto um irracionalismo muito em moda que nega a ciência (podemos lembrar o sucesso de Castañeda) quanto a carnisa de força da crença na realidade exterior. O desafio está em encontrar um caminho intermediário (Cardoso, 1986: 105).

6 Vários são os autores que sustentam essa afirmação. Faço referência aqui aos pesquisadores cujos estudos servem-me de base: Nunes (1978); Cardoso (1986); Samaja (1993); Brynne,

Se fizermos escolhas, exercendo nossa subjetividade, como faz prevalecer a atuação de sujeito pesquisador? E, de acordo com um grande pesquisador e pensador do nosso campo, Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves (1994): em pesquisa científica, quando fazemos uma pergunta que guia nossa investigação (quando estamos maduros cientificamente para expressar a pergunta que conduz à investigação), parte da resposta já se nos apresenta como hipótese. A metodologia que elegemos, e que nos define o percurso do pensamento e da ação prática investigativa, é nossa marca de sujeito ético-político na produção científica. Em razão do objeto e dos referenciais para seu estudo, escolhemos a metodologia que será epistemologicamente fecunda e adequada tanto às perguntas, que nos conduzem à direção em que exploraremos o objeto, quanto ao processo investigativo que será, então, desencadeado.

A escolha do método, por um lado, é o que propicia, e ao mesmo tempo limita, nossas opções como sujeito no interior da pesquisa científica, a demarcar algumas práticas possíveis e não outras. De outro lado, as escolhas não são totalmente livres, mas circunscritas em um leque de possíveis históricos.

Retomando essas considerações por outro ângulo, quero afirmar a possibilidade de produzirmos, em interação com o objeto de nosso estudo conhecimentos que não se limitem a nossos entendimentos pessoais acerca de nossas vidas cotidianas, ou a nossos desejos de como a vida deveria ser. Para tal, é necessário um movimento que reconheça esses entendimentos pessoais e os distinga e separe do conhecimento a ser produzido durante a pesquisa. Lembro o texto de Gilberto Velho (1978), que distingue as noções de *familiar* e de *conhecimento*. Algo pode ser familiar, e isso não quer dizer que seja diretamente algo conhecido, se definimos conhecimento como a compreensão do acontecimento (ou do fenômeno, ou da experiência sócio-humana em tela) como situação da vida social e humana que inclui a experiência pessoal e vai mais além: situação social de certo tempo histórico e para a qual temos uma explicação (interpretação) de ocorrência ou de existência social. Daí falarmos em uma interpretação/compreensão do

social e das experiências humanas nele, e que, então, devem ainda vir a ser conhecidas, mesmo quando já nos sejam pessoalmente familiares.

Esse conhecimento ocorrerá desde que sejamos capazes de produzir um *estranhamento a esse familiar*?

Cabe retornarmos à nossa aproximação do referido conceito de vigilância epistemológica (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1999), tomando dele o alerta contra o mecanicismo durante o processo investigativo e evitando qualquer procedimento automático negador da potência reflexiva na pesquisa. A noção nesse caso é fecunda, porque exalta a necessidade da contínua reflexão sobre a posição de sujeito a que deve estar atento o pesquisador, para apoiar o *estranhamento* em situações que sejam familiares, ao longo de todo o desenvolvimento da pesquisa.

Pode-se imaginar a importância de aprofundar o debate particularmente em relação à saúde coletiva e à área de PPGS, dada a complexidade da interação sujeito-objeto em razão da dupla figuração no campo: a de pesquisador sobre a gestão e de profissional da gestão.

Acréscimo outra especificidade do campo da saúde e que o fez historicamente possível e bem-sucedido. Trata-se do caráter pragmático dos conhecimentos que somos instrados historicamente a produzir, gerando muitas vezes imediata identificação entre ciência e ação política, o que detalho a seguir.

Com a modernidade, as ciências fizeram importante giro epistemológico de modo a apreender objetos correspondentes a necessidades práticas da vida social; necessidades de intervir diretamente nos obstáculos ao modo de andar a vida (Lecourt, 1971; Cangulhem, 1982). Passaram a deter um caráter mais aplicado do que modalidades anteriores de conhecimento acerca do mundo natural ou social. No entanto, guardaram por algum tempo, e mais em alguns ramos do conhecimento do que em outros, certa distância das situações concretas e particulares da vida social, instituindo-se como conhecimento mais abstrato, o que requer mediações para sua aplicação às

situações práticas cotidianas da vida social. São mediações para o uso das ciências na intervenção transformadora, em processos de cunho social, econômico, cultural ou político.

A tecnologia, e seus equipamentos ou instrumentos, correspondem a saberes e recursos materiais elaborados com esse intuito; instância mediadora cujo caráter próprio está exatamente no pragmatismo de suas formulações e processos de criação (Schraiber, Mota & Novaes, 2009). Esse caráter quase sempre desloca a questão científica formulada sobre um objeto a ser conhecido nos termos de “o que é?” (referente a uma suposta substância, a uma identidade a ser conhecida) para os termos de “como funciona?” (“Para que é?”), o que produz diretamente as referências de “como se faz?” (para intervir neste funcionamento), transpondo a questão científica para questões tecnológicas, ações procedimentais ou procedimentos (Ayres, 2009; Ayres, 1995; Schraiber, Mota & Novaes, 2009).

Revestindo-se progressivamente do pragmatismo tecnicista embutido na tecnologia, as ciências da atualidade passaram a representar cada vez mais conhecimento a serviço da intervenção, procedimentos diretos e imediatos da transformação da natureza ou da sociedade, a tal ponto que a diáde do termo composto *conhecimento científico-tecnológico* quase não requer a distinção do que será o significado de cada qual.

Tenho comentado em diversos textos quanto esse caráter aplicado povoa a saúde: vejam-se as pesquisas em medicina, por exemplo, cujas práticas de intervenção têm como qualidade histórica, e bem-sucedida, o pragmatismo de sua ação; explicação que nos permitirá compreender as razões pelas quais as pesquisas tecnológicas são hegemônicas nesse subcampo da saúde, tais como os ensaios clínicos ou investigações de métodos diagnósticos ou procedimentos cirúrgicos. De modo muito similar, poderemos afirmar o mesmo para o subcampo da saúde pública, ainda que tenhamos construído, no país, uma saúde coletiva com pretensões sociopolíticas mais ampliadas, tais como a reforma do Estado moderno e a reforma social, articuladamente à reforma da Saúde e assim também

7. Recomendando fortemente ao leitor toda a coletânea em que o citado texto de Gilberto Velho está inserido, por tratar diretamente da discussão em torno da subjetividade e objetividade

criado com base nessas pretensões o conceito de integralidade, seja na perspectiva da gestão, seja na da atenção à saúde, seja na de um sistema de instituições na produção assistencial.

Mas por que razão quis apontar esse pragmatismo? Porque identífico um conflito entre culturas científicas tão diversas como as da biomedicina e do sanitarismo, de um lado, e as das ciências sociais e humanas, de outro. Se a busca de resoluções imediatas para adoecimentos e, nesta base, o estímulo a pesquisas marcam parte considerável do êxito histórico e científico da saúde como campo de práticas, a produção nas ciências humanas e sociais, por sua vez, mesmo quando aplicada à saúde, não prioriza, nem se atém ao conhecimento tecnológico, isto é, aos procedimentos imediatamente capazes de mudar os comportamentos, ou os interesses e as negociações, ou as ideologias e crenças dos sujeitos sociais. As grandes contribuições dessas ciências ao nosso campo mantêm seu caráter mais abstrato de conhecimento acerca das relações sociais e humanas que constroem a sociedade e o tempo histórico, mesmo quando permitem a interpretação e a compreensão de contingências, situações mais circunstanciadas. O conflito entre essas distintas culturas científicas oferece, ademais, uma tensão ainda maior na área de atuação das políticas públicas e suas governabilidades no plano do Estado, dos serviços e das práticas profissionais, estas últimas regidas, sobretudo, pelo caráter pragmático da medicina e da saúde pública mais tradicional.

Até aqui, creio ter fornecido ao leitor algum panorama da complexidade do contexto da produção científica em PPGS, atravessado por variadas questões: da interação sujeito-objeto em ciências sociais ao pragmatismo bem-sucedido da atenção à saúde; passando pela proposição e intenção da saúde coletiva de articular o engajamento político com o campo científico. O resultado pode ser bastante problemático para a produção científica, se não nos dermos conta de todas essas aculturações em que nos socializamos e se as tratarmos sem o devido estranhamento ou a devida vigilância epistemológica ao longo do processo de pesquisa.

Além disso, em parte, como já comentei, tal afã pragmático pode comprometer a perspectiva interpretativa e compreensiva dos dados empíricos produzidos,

agir mais instrumental, mas apenas aparentemente eficaz e com grande rarefação teórica. Trata-se de uma eficácia de intervenção ilusória, pois estaremos presos em verdadeiras armadilhas da cultura científica da saúde e imporemos à produção em ciências sociais e humanas a perda de uma compreensão acerca dos comportamentos humanos e das práticas socioculturais que permita uma proposição crítica do que está vigente. Essa perda, por sua vez, desencadeará, ao revés, uma acentuação do que é hegemônico por meio da manutenção da cultura social e das relações já existentes.

Paradoxalmente, o engajamento ético-político pode resultar em seu contrário, de forma que as pesquisas sirvam mais à governabilidade da conjuntura existente do que às reformas das relações políticas da saúde e da sociedade, tendo como consequência a maior democratização do Estado. Com essa ponderação, quero apenas reforçar a já igualmente bem discutida natureza diversa que existe entre os objetos do mundo físico e natural e os do mundo social, e, portanto, entre suas respectivas ciências, da natureza e da cultura, reafirmando não só a existência de ciências plurais, como as diferenças em termos constitutivos de cada qual, com exigências metodológicas também distintas. Tais distinções, contudo, não impedem que busquemos diálogo e interação entre os conhecimentos produzidos, mas evidenciam a importância da interdisciplinaridade para o conceito de integralidade, na construção que fizemos da saúde coletiva.

Cabe, portanto, também fazer um alerta: o diálogo (ou o agir comunicativo) não se faz pela colonização de um sobre o outro, mas pela possibilidade de cada qual falar desde o seu lugar, e com isso, colocar-se publicamente nas possibilidades e nos limites desse lugar. Temos aqui o preceito habermasiano do agir ético (Habermas, 1989), que ora estendo à relação entre a cultura científica da saúde e a das ciências sociais e humanas, advertindo em especial aqueles que desejam praticar tal diálogo. O reconhecimento das diferenças entre essas práticas científicas leva à compreensão de suas delimitações sócio-históricas como campo de competência para o conhecimento e para a ação. Ter em conta e publicamente assumir essas possibilidades e limites dos campos científicos, como também discute Habermas (2001), é politizá-los, o que evitará a soberania de qualquer um deles sobre os demais.

As ciências do social e do humano requerem métodos mais compatíveis com seus objetos, efetivamente outros sujeitos diante do pesquisador e em relação com ele. Aliás, essa característica de que o objeto de estudo seja um sujeito é também marca do campo da saúde, seja no caso da medicina, com o sujeito individual (caso clínico), seja na saúde pública, que lida com coletivos, com populações e seus subgrupos. Ora, o humano e o social são objetos de estudo muito dinâmicos, os sujeitos são mais instáveis no tempo e no espaço, em posições na estrutura social e em opiniões, representações e concepções; efetivamente conformam, para uma dada condição social, situações plurais de existência em um mesmo tempo-espaço, que devem ser estudadas também por um conjunto de abordagens, tanto teóricas quanto metodológicas.<sup>8</sup>

Por essas razões, além de pesquisas como os inquéritos sociais (*surveys*) ou outras de base quantitadora, a metodologia qualitativa corresponde a uma rica e potente modalidade de produção dos conhecimentos, pois, como apontam Denzin e Lincoln (1994), tal tipo de pesquisa oferece métodos abertos à interação sujeito-objeto.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Lembro-me que, ao assistir às aulas de Maria Cecília Ferro Donangelo, uma das sociólogas pioneiras e grande intelectual da saúde coletiva, foi mútuo e oposto nosso espanto quanto a essa diversidade: para Cecília, ao apresentar as três clássicas teorias sociais – a de Marx, a de Weber e a de Durkheim – de que derivam as pesquisas, o espanto não era ter mais de uma possibilidade de estudar a sociedade, mas a insistência dos médicos (e dos alunos de medicina, naturalmente) em afirmar apenas uma teoria – a da biomedicina – como capaz de explicar e produzir estudos sobre um fenômeno social em particular: os adoecimentos. Isso me parecia, então, inquestionável. Hoje, penso que esse conflito entre culturas científicas tão diversas ainda marca os desafios da saúde coletiva e seu ensino. Profissionais da saúde, por exemplo, têm grande dificuldade em perceber e conviver com a diversidade de terapêuticas, fruto de escolas distintas de pensamento clínico, ainda que nos marcos da biomedicina. A própria noção de diversidade terapêutica, com iguais acertos técnicos e científicos, é um problema epistemológico e prático em termos profissionais, além de político, em termos corporativos.

<sup>9</sup> Estes autores referem-se a tal qualidade com a metáfora do *bricoleur*, o construtor artesão, que monta peça por peça o todo interpretativo. Há diversas críticas a essa imagem, mas o que ora ressalto é o aspecto menos tecnicista da pesquisa qualitativa que evita procedimentos investigativos prefixados e pouco maleáveis à dinamicidade do humano e do social. Vale lembrar que a primeira parte do citado livro desses autores foi publicada em

Contudo, uma tal abertura pode tornar-se um convite ao descaminho metodológico, diante do pragmatismo ou da urgência política. Faz-se necessário pontuar a forma como podemos realizar o trabalho da pesquisa qualitativa como pesquisadores-sujeitos, em uma produção que seja científica dentro de uma epistemologia e filosofia políticas (Goldman, 1984).

Consideremos, inicialmente, que toda pesquisa se inicia com perguntas e prossegue em busca de respostas orientadas por opções teóricas e metodológicas; ou conforme Minayo,

Geralmente, o estudioso começa seu trabalho com algumas perguntas. E também com algumas ideias preconcebidas (...) [análise] proposições de seus pares sobre o assunto (...) vai construir caminhos de aproximação do tema (...), estradas por onde passam linhas teóricas e abordagens da realidade (...): são os métodos. Não é possível fazer ciência sem método. (2002b: 17)

O método assume grande importância nesse processo de pesquisar: no movimento que representa a dinâmica de uma pesquisa, isto é, nos percursos que fazemos para um estudo científico, *estradas* constituem a base central de um caminhar.

Mas voltemos à questão que envolve fazer perguntas. Perguntas surgem quando há o reconhecimento de que determinadas situações de vida constituem problemas sobre os quais, de certas perspectivas ou sob determinado olhar, levantamos questões: indagações do sujeito suscitadas por obstáculos ao modo de andar a vida (Lecourt, 1971; Cangulhem, 1982). Assim, o olhar é o sentido que descansa e indaga, mas já em determinada direção, em outras palavras, aproximações do problema orientadas por linhas teóricas e abordagens da realidade. O olhar que indaga produz a percepção dos obstáculos, com base nas crenças, representações, noções, conceitos (adoção de teorias) do sujeito histórica e socialmente dado (Goldman, 1984; Samaja, 1993), e ao mesmo tempo assume que o obstáculo deve e pode ser ultrapassado. Para essas indagações, o pesquisador cri e encontrar respostas, as quais serão, pois, parcialmente antevistas (Bruyne, Heman & Schoutheete, 1977). Tais possíveis respostas constituem nossas hipóteses (ou teses) sobre explicações acerca do

nosso problema, momento em que temos o objeto de estudo definido (objeto construído). Como diz Lefebvre (1975), com as perguntas supera-se, pela reflexão, a percepção primeira.

Construções reflexivas no processo de uma pesquisa se dão não apenas no momento de construção das perguntas, quando o problema eleito é recorrido do todo social e histórico para ser explorado em questões para o estudo. A reflexão está presente ao longo de todo o processo investigativo (Lefebvre, 1975; Samaja, 1993), guiando a prática na produção dos dados empíricos, como venho alertando, e, ao final, reinserindo a realidade particular do problema eleito no todo social e histórico. Os rumos que tomam essas construções são dados pelos suportes da teoria com que a pesquisa se inicia, isto é, quadros referenciais sobre o social e sobre a história inicialmente adotados pelo pesquisador, em direção a uma teoria ampliada ou atualizada por novos conceitos, que não coincide com aquela do início da pesquisa.

● Como também afirmam os autores citados, conhecer é sempre movimento: entre o teórico e o empírico. Esse movimento é o percurso do pensamento; parte da experiência sensível (o vivido) instaura perguntas e problematizações em certas direções (segundo suas referências teóricas) e conforma percursos de procedimentos práticos (a investigação empírica). Além disso, produz outro empírico sensível, agora como experiência provocada, construída para obter respostas, que suscitam o movimento de buscar, nas referências teóricas, suas explicações ou interpretações/compreensões, constituindo outro corpo teórico. O(s) movimento(s) a que procedemos é o método.<sup>10</sup>

O método delimita, dirige e controla os procedimentos de reflexão e prática.

O pensamento na ciência não é um livre pensar, mas um percurso definido do

10 Conforme Bruyne, Hernan e Schourtheere (1997), os métodos constituem toda a construção do estudo, situando-se no que esses autores chamam de polo epistemológico da pesquisa. Não se resumem aos modos de investigação do empírico e aos procedimentos que, no trabalho de campo, produzem as informações conformadoras dos dados da pesquisa; modos e procedimentos constituem o polo técnico da pesquisa. Os autores, de forma bastante peculiar, examinam a dinâmica da pesquisa como relações entre polos, que não são fases sequenciais, mas dimensões interativas: o epistemológico, o teórico, o

pensamento, no interior de uma liberdade primeira: da eleição do problema e dos referenciais teóricos que permitirão a eleição do método. O que distingue a ciência da ideologia ou das representações e das crenças do senso comum é a presença do método. O pesquisador torna-se um agente do método e um instrumento da ciência.

Nas palavras de Samaja, compreenderemos melhor o sentido dessa existência do método como o percurso de pensamento e saber orientador da prática de pesquisa para o conhecimento científico:

● Em algum momento da história humana, entre as diversas formas de ciência social, apareceu um modo de conhecimento cujo traço mais marcante consistiu em sobrepôr às crenças o exame delas, com o propósito de *dar a conhecer* os fundamentos de sua validade e os limites de sua eficácia. A este modo de conhecimento, os gregos da época de Platão chamaram *episteme* (e o contrapuseram às crenças infundadas, chamadas *doxa*). Este conceito grego de *episteme* engloba os traços essenciais da nossa noção atual de conhecimento científico (...) sem desconhecer a preferência dos gregos pela visão teórica frente à ênfase moderna na experimentação. (1993: 55, tradução minha, destaques meus)

O constituinte do processo científico que *dá a conhecer* os fundamentos da validade e o limite da eficácia da crença cientificamente produzida é o método. Essa atribuição nos permite compreender sua presença e importância central na dinâmica da pesquisa. É o método na produção do conhecimento que poderá qualificá-lo como uma *verdade*. São as ciências, pois, esses discursos de *verdades*, discursos de conhecimentos cuja validade e limites são reconhecidos e aceitos.

Assim como as escolhas epistêmicas e empíricas dependem do contexto social da produção científica e do leque de possíveis históricos (sendo o método, então, também uma escolha sócio-histórica), conhecer é um movimento sócio-histórico, e o conhecimento é temporalmente válido. A verdade produzida é delimitada a cada época e a cada posição de sujeito pesquisador, que definem qual a questão, o quanto dela se conhece e em qual vertente se insere. Mas à época de sua produção, como dirá Lefebvre (1975) o conhecimento tem “incontestável verdade relativa”.

O pesquisador, por sua vez, é sujeito desse conhecimento; sujeito que pensa e cria. Porém, o faz nos limites do método, o qual, todavia, escolheu,

como já dito. Sob essa ótica, todo sujeito pesquisador estará implicado no processo investigativo e irá interagir com seu objeto. E essa interação poderá ser bastante intensa e significativa em determinados métodos – como aqueles que se apoiam mais radicalmente em uma perspectiva filosófica hermenêutica e dela se valem como método (e qual delas, o que também dependerá das concepções de social adotadas pelo pesquisador, conforme em Denzin e Lincoln, 1994).

● Talvez, nesse momento, já possamos reformular a relação pesquisador-objeto em termos diferentes dos propostos pelo positivismo, redefinindo a noção de objetividade. Trata-se de uma relação que, sem ser neutra, ou seja, opoñdo-se ao controle do sujeito postulada pela neutralidade, permite, por meio do método eleito, construir explicações sobre o objeto que, compartilhadas com a comunidade científica, tornam o conhecimento objetivado. Em outras palavras, a objetivação é alcançada com a publicação da pesquisa para o julgamento intersubjetivo de seus leitores (Brynne, Heman & Schoutheete, 1977).

Se na exigência da neutralidade do sujeito subestima-se o método e o controle que ele já exerce sobre os percursos do pesquisador; se tal necessidade de controle *a priori* funda-se na falsa separação entre o teórico e o empírico, como se nem a base empírica do problema a ser conhecido, nem o objeto, nem os dados, nem suas explicações fossem construções do pesquisador (Samaja, 1993), então, o método só pode garantir a objetividade se todas essas escolhas e construções forem apresentadas e explicadas como parte dele.

Publicadas as diversas escolhas, a comunidade científica pode julgar boas e corretas as opções de caminhos realizadas na produção do conhecimento (coerência e consistência metodológicas). Publicar escolhas e procedimentos operatórios subsequentes fundamenta a ética do sujeito na pesquisa (ética do pesquisador) e faz parte das responsabilidades e compromissos do pesquisador como sujeito engajado ética e politicamente (Chauí, 1995; Demo, 1995).

Além disso, publicados os percursos reflexivos e práticos traçados pelo pesquisador, poderá o conhecimento produzido situar-se, para todos, como possibilidade e limite do conhecimento e da ação, politizando-se. E nisso reside o

Agradeço ao professor José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres pela cuidadosa e crítica leitura do original.

\* \* \*

## REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R. C. M. *Epidemiologia e Emancipação*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1995.
- AYRES, J. R. C. M. *Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde*. Rio de Janeiro: Cepesc, IMS/Uerj, Abrasco, 2009.
- BERTAUX, D. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXIX: 197-225, 1980.
- BERTAUX, D. *Biography and Society: the life-history approach in the social sciences*. London: Sage, 1981.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C. & PASSERON, J. C. *A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRUYNE, P.; HEMAN, J. & SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CARDOSO, R. C. L. (Org.). *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CYRINO, A. P. P. *Entre a Ciência e a Experiência: uma cartografia do autocuidado no diabetes*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- DENZIN, N. & LINCOLN, Y. (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 1994.
- DENZIN, N. & LINCOLN, Y. (Eds.). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

- GADAMER, H. G. *Verdade e Método*. 7. ed. Petrópolis, Bragança Paulista: Vozes, Editora Universitária São Francisco, 2005. 2 v.
- GOLDMAN, L. *Epistemologia e Filosofia Política*. Lisboa: Presença, 1984.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRANGER, G. G. *A Ciência e as Ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- HABERMAS, J. *Consciência Moral eagir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário, n. 84).
- HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- LECOURT, D. *La historia epistemológica de Georges Cangulhem*. In: CANGUILHEM, G. *Lo Normal y lo Patológico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- LEFEBVRE, H. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MACCIOCCHI, M. A. *A Favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MENDES-GONÇALVES, R. B. *Tecnologia e Organização Social das Práticas de Saúde: características do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Abrasco, 1994.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, Abrasco, 1992.
- MINAYO, M. C. S. *Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social*. In: MINAYO, M. C. S. & DESLANDES, S. F. (Orgs.). *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002a.
- MINAYO, M. C. S. *Entre voos de águia e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade*. In: MINAYO, M. C. S. & DESLANDES, S. F. (Orgs.). *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002b.
- NUNES, E. O. (Org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PAIM, J. S. *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador, Rio de Janeiro: Edufba, Editora Fiocruz, 2008.
- SAMAÑA, J. *Epistemología y Metodología: elementos para una teoría de la investigación científica*. Buenos Aires: Eudeba, 1993.
- SCHRAIBER, L. B. *Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica*. *Revista de Saúde Pública*, 29(2): 63-74, 1995.
- SCHRAIBER, L. B. *O Médico e Suas Interações: a crise dos vínculos de confiança*. São Paulo:

SCHRAIBER, L. B.; MOTA, A. & NOVAES, H. M. D. *Tecnologias em saúde*. In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Dicionário de Educação Profissional em Saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJY, 2009.

VELHO, G. *Observando o familiar*. In: NUNES, E. O. (Org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.